

# Mineiridade: identidade regional e ideologia

Liana Maria Reis\*

## Resumo

O artigo pretende refletir sobre o conceito de mineiridade, sua construção como parte integrante do imaginário social e sua ligação com as especificidades e os fatos da história mineira desde o século XVIII. Pretende também apontar seu uso recorrente, como ideologia, pelas elites políticas de Minas Gerais, para garantir lugar diferenciado no cenário político republicano nacional.

**Palavras-chave:** Mineiridade; Elites políticas; Minas Gerais; Inconfidência Mineira; República; Imaginário social.

O tema da mineiridade é polêmico: estudiosos e historiadores negam a importância dessa discussão, sob a alegação de que qualquer Estado do Brasil possui suas particularidades históricas e, conseqüentemente, seus elementos de identidade regional. Posição irrefutável para quem trabalha com a história, sempre plural e complexa, seja qual for o seu objeto de estudo.<sup>1</sup>

Outros cientistas sociais, sociólogos, cientistas políticos e historiadores, no entanto, percebem que o tema é extremamente relevante quando se estudam os mecanismos construídos pelo poder institucionalizado ou pelas classes e grupos que exercem o poder.

A questão central, entretanto, parece-me ser a reflexão de que a mineiridade foi e continua sendo construída como elemento de identidade regional, mas, principalmente, como ideologia. Ou seja, se podemos falar que as identidades – idéia de pertencimento – são plurais e dinâmicas, originadas das

---

\* Professora do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

<sup>1</sup> Dentre as características regionais brasileiras, o tradicionalismo gaúcho vem sendo estudado como importante elemento de identidade do Rio Grande do Sul (OLIVEN, 1984, p. 57-67). Já o modo de ser do baiano é sempre associado, nas brincadeiras e piadas, à vagareza, à descontração e ao comportamento descompromissado.

características peculiares da formação e vivência históricas (e aí, portanto, as várias comunidades possuem suas particularidades locais e regionais e, nessa medida, lembram e comemoram os fatos mais marcantes e significativos vividos coletivamente) de cada sociedade ou grupo social, a mineiridade é uma dentre tantas outras identidades, considerando o Brasil como um todo ou internamente, no próprio Estado de Minas Gerais. O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, ao refletir sobre o social e o político na pós-modernidade, refere-se à identidade no plural e em constante transformação: “Identidades são, pois, identificações em curso” (SANTOS, 1996, p. 119). Ainda que entendendo a mineiridade como mito, é importante estudá-la, pois, como afirmou o historiador francês e professor de História Contemporânea do Instituto de Estudos Políticos de Paris, Raoul Geradet, em entrevista ao jornal *Le Figaro*, “é erradamente que se crê que o mito é sempre mentiroso. O mito torna-se história. Ele é o impulso psicológico, a inspiração ideal, que pode conduzir os homens para o bem ou para o mal, mas que lhes é de qualquer modo indispensável” (GIRARDET, 1987).

A idéia central deste artigo é a de que a mineiridade é uma construção imaginária, com base na história, elaborada por uma elite política que se apropriou de fatos históricos regionais e, portanto, de particularidades de uma região de Minas, tornando-a universal, reconhecida pelos brasileiros e mineiros, para preservar-se no exercício do poder, mantendo seus privilégios. Essa elite elaborou uma auto-imagem com atributos originados do passado e reconstruídos para legitimar sua diferença em relação aos outros políticos brasileiros. Para Bronislaw Bazko (1985, p. 310), “o imaginário social é uma peça efetiva e eficaz dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder”. O imaginário é operacionalizado pelo discurso, pelos ritos, símbolos, signos etc.

Na análise da mineiridade como identidade torna-se crucial conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, com que propósitos e resultados, como sugere Boaventura de Sousa Santos (1996, p. 119). Para o prosseguimento do raciocínio, cabem algumas indagações: em que tipo de mineiro, historicamente falando, a mineiridade se baseia? A quem ou a quais grupos interessa a permanência da mineiridade?

A chave da primeira pergunta é o mineiro que habitava a região central das Minas do século do ouro, região produtora do ouro rapidamente povoada e colonizada nos anos iniciais do setecentos. Das várias características dos

mineiros, duas são bastante conhecidas: é comum ouvir que o mineiro trabalha em silêncio e é desconfiado. Qual a origem dessas afirmações? As raízes dessas imagens remetem à história das regiões mineradoras. A cobiça da metrópole portuguesa em explorar as riquezas minerais, ouro e diamantes, levou à implantação de um aparato burocrático-administrativo de cunho fiscal-tributário que sobrecarregava as populações mineradoras com inúmeros impostos e taxações, além do tributo específico sobre a atividade mineradora, o “quinto”. Ciente, entretanto, da impossibilidade de fiscalizar populações tão heterogêneas e culturalmente diferentes, bem como todos os mineradores e escravos, a metrópole incentivava a delação. Por exemplo: o vassalo que denunciasse outro que estivesse contrabandeando ouro receberia um terço do contrabando apreendido.<sup>2</sup> Essa política atingia também os escravos. Quando da implantação do sistema de capitação em 1735, o regimento assegurava a carta de liberdade ao escravo que denunciasse seu senhor, se este não o tivesse registrado nos livros. Também o sesmeiro, se descobrisse ouro em suas terras, onde eram desenvolvidas as atividades agropastoris, deveria imediatamente avisar as autoridades para que houvesse a repartição da terra em datas minerais, o que muitas vezes não ocorria, a não ser que a descoberta se tornasse de conhecimento público. Portanto, o mineiro da região das minas deveria ser esperto, trabalhar sem muito alarde para não chamar a atenção, e desconfiado de todos os outros vassalos, fossem senhores, libertos ou escravos. É curioso que nas piadas em que aparecem os mineiros *versus* outros brasileiros, o esperto e espirituoso é geralmente o mineiro caipira, o roceiro, que guardaria a essência do mineiro.

Imprecisa geograficamente, composta por vilas e arraiais imersos em terras devolutas e sesmarias, nas quais expandiram-se atividades agropastoris (REIS, 2004, p. 185), Minas se tornou a “menina dos olhos” da metrópole. Transformou a história colonial ao demandar o desenvolvimento de outros setores produtivos – em regiões externas e internas – e desviou o eixo econômico da América portuguesa para a região sudeste (transferindo a sede administrativa de Salvador para o Rio em 1763). Concentrou um número enorme de habitantes vindos de várias partes de Portugal, da colônia e do continente africano. Artur Ramos (1946) afirma que aproximadamente 160

---

<sup>2</sup> Consta que o bandeirante Manuel da Borba Gato, cuja fortuna foi calculada em 30-40 arrobas de ouro por Antonil, teria enriquecido com a arrecadação dos quintos reais, os leilões de datas e as denúncias de contrabando e extravio de ouro, as quais seguiam os confiscos régios (GOLGHER, 1982, p. 57).

nações africanas entraram nas Minas nos séculos XVIII e XIX e o jesuíta Antonil (1976, p. 158) informa a entrada, nos primeiros anos do setecentos, de mais de 30.000 pessoas de todas as condições sociais, entre nobres, vadios, religiosos, moços, velhos, homens e mulheres. A colonização caracterizou-se por rápida urbanização, com a criação de inúmeras vilas já na primeira década do século XVIII, embora o meio rural estivesse intimamente ligado ao urbano. O comércio desenvolveu-se e uma série de atividades foram criadas para atender a uma demanda cada vez maior e a uma população também em crescimento. Vários motins eclodiram na primeira metade do século (ANASTASIA, 2000). Em 1789, a Inconfidência Mineira é idealizada por homens poderosos. Crime de lesa-majestade, abortada antes de sua consumação, a conjuração foi uma rebelião anticolonial *stricto sensu*. Na percepção dos administradores metropolitanos, a imagem construída dos mineiros era a de “gentes intratáveis”, nas palavras do governador das Minas, Conde de Assumar:

Sendo assim, necessariamente temos de confessar que os motins são naturais das Minas e que é propriedade e virtude do ouro tornar inquietos e bolicosos os ânimos dos que habitam as terras onde ele se cria. Porque das Minas e seus moradores bastava dizer... que é habitada de gente intratável, sem domicílio, e ainda que está em contínuo movimento é menos constante que seus costumes: os dias nunca amanhecem serenos; o ar é um nublado perpétuo; tudo é frio naquele país, mesmo o vício que está ardendo sempre. (CONDE DE ASSUMAR, 1720. Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial)

Na historiografia brasileira e mineira é quase consensual a idéia de que as Minas eram mais democráticas ao possibilitar ao indivíduo sem posses aventurar-se, nas mesmas condições de um senhor de cabedal, na atividade mineiradora e enriquecer-se, ao contrário do senhor de engenho, que necessitava de vultosos investimentos para seus empreendimentos. As Minas ofereciam também melhores condições históricas para o escravo alforriar-se. Esse conhecimento acadêmico, baseado em dados empíricos, reforça a idéia de que o mineiro é liberal e mais democrático do que outros brasileiros.

No período imperial foi criado o IHGB, cujos integrantes buscavam reconstituir a genealogia da nação através de sua história, fazendo ressalvas às passagens que incomodavam o governo da casa dos Bragança. Assim, a história de Minas teve de ser lembrada e, com ela, a Conjuração Mineira, naquilo que o movimento enfatizava de riquezas naturais e potencialidades. Viajantes estrangeiros que visitaram as Minas no século XIX contribuíram para a

construção da idéia de que os mineiros são hospitaleiros e naturalmente inclinados à inércia, à tranqüilidade e à moderação.<sup>3</sup>

No século XX, já sem a presença do dominador externo, os políticos e a intelectualidade mineira passaram a promover uma auto-imagem de conciliadores, equilibrados, avessos aos radicalismos, ponderados. Esse processo, ainda inacabado mas constantemente reforçado, atinge seu auge na Primeira República. Longe de ampliar a participação popular, o regime republicano manteve as desigualdades e a exclusão social. Como necessitava de símbolos que o legitimassem – o hino, a bandeira e um herói, que deveria ser a “cara da nação” (CARVALHO, 1990, p. 55) – escolheu o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, militar e republicano enforcado por ordem de D. Maria I, a Louca, em nome do ideal libertário.

O corpo esartejado do herói expressa muito mais a realidade brasileira do que o corpo inteiro, símbolo de nossa unidade. Porém, Minas representa simbolicamente nossa unidade e confunde-se com a própria procura da identidade nacional, pois é percebida como síntese da nação. Segundo a socióloga Maria Arminda Arruda, a expressão “mineiridade” assume e integra o nacional. Projeta-se no conjunto, oferecendo identidade aos mineiros e aos brasileiros. Nesse ponto cruzam-se a construção da mineiridade e as visões elaboradas da cultura brasileira, perseguida pela busca da identidade. Existe, então, um eixo comum entre a mineiridade e a temática fundamental do pensamento brasileiro.

Em suma, ao extrapolar a dimensão regional, a subcultura mineira enseja a viabilidade da resolução desse problema recorrente (ARRUDA, 1990, p. 254).<sup>4</sup> Tiradentes era mineiro e seus companheiros, mesmo portugueses e administradores, tentaram romper com o pacto colonial e libertar-se do jugo metropolitano. A imagem física do alferes, pintada no século XIX, para retirar-lhe o

<sup>3</sup> Auguste de Saint-Hilaire (1975, p. 74-75), por exemplo, descreve a recepção dos mineiros e o comportamento discreto e recatado, bem como os trajes elegantes das mulheres da elite de Vila Rica. John Mawe (1978, p. 129) espanta-se com a vida pacata, a falta de empreendimentos econômicos, a contemplação e a ociosidade dos mineiros: “A educação, hábitos, preconceitos hereditários os tornam inaptos à vida ativa; sempre entregues à perspectiva de enriquecer rapidamente, imaginam estar isentos da lei universal da natureza, que obriga o homem a ganhar o pão com o suor do seu rosto”.

<sup>4</sup> No governo Collor, o Ministério da Educação veiculou na mídia esta propaganda: “Nas montanhas de Minas, sob as pedras de Vila Rica, sob os muros de Vila Rica, estava sendo escrita uma página heróica de nossa história: Inconfidência Mineira. Seu líder, Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes, era executado em praça pública no Rio em 21 de abril de 1792. Inconfidência Mineira: Liberdade ainda que tardia. Duzentos anos de martírio do líder de um movimento de independência que não pode ser esquecido”. Tiradentes, herói, mártir e líder, é associado com a independência do Brasil, em 1822, episódio a ser sempre lembrado pela população.

caráter de revolucionário e dar-lhe a conotação de messiânico, serviu como uma luva para uma população de tradição católica. Tiradentes e Jesus Cristo: fisicamente semelhantes, ambos mártires, deram a vida por um ideal. Minas geograficamente é o coração do Brasil, o que lhe confere a imagem de equilíbrio. Pela Constituição de 1891, o Estado teria a maior bancada da federação por possuir a maior população do país. Tiradentes consolida-se como herói e transforma-se em mito.<sup>5</sup> Os inconfidentes, ideológica e simbolicamente, passam a ser identificados com a determinação de romper com a opressão, transformando-se em exemplos cívicos.

Ora, soma-se a tudo isso a construção de Belo Horizonte, cidade planejada, símbolo da modernidade, do progresso e da República. Para Ciro Bandeira de Mello, longe de romper com o passado colonial, a nova capital “preservava o passado para ganhar o futuro”. Ouro Preto transformou-se em solo sagrado por guardar a história dos inconfidentes e de uma população singular, a síntese do Brasil (MELLO, 1996, p. 35). Todo 21 de abril a sede do governo mineiro transfere-se para Ouro Preto, onde personalidades da cultura, militares, professores e políticos são agraciados com a medalha da Inconfidência Mineira. O 21 de abril foi instituído como feriado nacional em 8 de dezembro de 1952, no governo de Getúlio Vargas, que, nos anos 1930, repatriou os restos mortais dos inconfidentes falecidos em solo estrangeiro.

Posteriormente, nos anos iniciais da República, a elite política mineira tratou de incorporar ao projeto original o que faltava, simbolicamente, a Belo Horizonte: a nova capital como síntese da nação prestava uma homenagem a todas as tribos indígenas: rua dos Tamoios, dos Guaranis, Guajajaras etc., bem como às unidades da federação: rua Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Av. Amazonas, Paraná etc. (MELLO, 1996, p. 39).

Na política da República Velha, Minas teve lugar de destaque como parceiro preferencial de São Paulo: “As decisões políticas passam por Minas”, costumam afirmar as elites políticas mineiras. Ademais, os mineiros carregam a imagem de serem amantes da liberdade. Afinal, “o ar que se respira nas Minas é a liberdade”, herança do passado de luta contra a opressão portuguesa. A própria sede do governo mineiro leva o nome de Palácio da Liberdade.

---

<sup>5</sup> “Todo o processo de heroificação implica, em outras palavras, uma certa adequação entre a personagem do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em um dado momento de sua história. O mito tende, assim, a definir-se em relação à função maior que se acha episodicamente atribuída ao herói, como resposta a uma certa forma de expectativa, a um certo tipo de exigência” (GERARDET, 1987, p. 82).

O processo histórico da construção da mineiridade foi sendo paulatinamente reforçado. Na década de 1940, Alceu Moroso Lima, um cosmopolita, escreve *A voz de Minas*, onde traça o perfil psicológico, cultural, espiritual e sociológico dos mineiros. Rodeado pelas montanhas, o mineiro é mais introspectivo e equilibrado.

A Minas cabe, pois, a missão de preservadora do passado, de reformadora das influências cosmopolitas que vão levando o Brasil para o indistinto ou a servidão moral e finalmente de compensadora de todos os desequilíbrios extremistas (...) Minas não é o Brasil. Mas está naturalmente fadada a ser o centro de gravidade do Brasil. (...) Minas, enfim, é a Montanha, é o Centro, é o ímã que atrai os brasileiros de todas as regiões, não só com aquela concentração geológica que faz das Gerais o mais rico centro telúrico de todo o Brasil, mas ainda aquele sortilégio afetivo, que o clima de Minas, o silêncio de suas cidades, o ritmo tranqüilo de sua vida, a hospitalidade do seu coração e a palpitação humana de suas inteligências derramam em todos os corações. (LIMA, 1944, p. 124)

Essa construção simbólica, reafirmada pelos artistas, memorialistas, literatos e políticos, foi e ainda é utilizada por uma elite política que se atribui certos comportamentos, qualidades e modo de ser naturais e históricos, percebendo-se como herdeira desse passado glorioso. Assim, seus integrantes devem ser convocados a cada momento crítico, importante ou decisivo de nossa história política. A Inconfidência Mineira tornou-se mito de fundação da mineiridade, conforme Otávio Soares Dulci (1984, p. 19). E nos discursos, os políticos mineiros jamais esquecem o passado setecentista. É exemplar nesse sentido a afirmação do mineiro Tancredo Neves em seu discurso de posse no governo de Minas (1984): “O primeiro compromisso de Minas é com a liberdade”. E ao vencer Paulo Maluf, nas eleições indiretas para presidente, novamente Tancredo lembra Tiradentes, “este herói enlouquecido de esperança”. Durante a articulação do golpe civil-militar de 64, um grupo eclético de extrema direita intitulava-se “Novos Inconfidentes” (STARLING, 1986, p. 85), buscando legitimidade no mito de fundação. Parte da população mineira introjeta esse discurso, embora não tenha ganhos políticos com isso, ao contrário das elites políticas mineiras. Estas objetivam resultados específicos: ao transformar, elaborando intelectualmente, o particular em geral, tentam uniformizar as diferenças em nome de uma unidade que lhes garante, legitimamente, o espaço político de projeção nacional, de conciliadores e hábeis políticos.

Ignorar a mineiridade como recurso ideológico para preservar papéis e lugares privilegiados dos políticos mineiros no cenário nacional é não perceber as estratégias e sutilezas do jogo e do exercício do poder. Para Bazko, é no

próprio centro do imaginário social que se encontra o problema do poder legítimo, ou melhor, da legitimação do poder: “Ora, na legitimação de um poder, as circunstâncias e os acontecimentos que estão na sua origem contam tanto, ou menos, do que o imaginário a que dão nascimento e de que o poder estabelecido se apropria” (BAZKO, 1985, p. 310). A mineiridade é exemplar nessa perspectiva.

### Abstract

This article is a reflection on the concept of *mineiridade* (the Minas Gerais inhabitants' profile): its construction as part of the social imagination, as well as its connection with specificities and facts of the history of Minas Gerais since the 18<sup>th</sup> century. It also aims to point out its recurrent use, as an ideology, by the State's political elites in order to assure a special place in the national republican scenario.

**Key words:** *Mineiridade* (being a *mineiro*, an inhabitant of Minas Gerais); political elites; Minas Gerais; Inconfidência Mineira (18<sup>th</sup>-century upheaval in Minas Gerais); Republic; Social imagination.

### Referências

- ANASTASIA, Carla M. J. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- ARRUDA, Maria Arminda. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BAZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Antropos – Homem*. Tradução portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332. (Enciclopédia Einaudi, v. 5).
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. In: *Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, São Paulo: Cortez, 1984. p. 7-31.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- GOLGHER, Isaías. *A guerra dos Emboabas: a primeira guerra civil das Américas*. 2. ed. Belo Horizonte, Conselho Estadual de Cultura da Minas Gerais, 1982.
- LIMA, Alceu Amoroso. *A voz de Minas* (Ensaio de sociologia regional brasileira). São Paulo: Abril S/A Cultural, 1983.
- MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Tradução Selena B. Viana. São Paulo: Edusp, 1978.
- MELLO, Ciro F. Bandeira de. A noiva do trabalho. In: DUTRA, Eliana de F. (Org.). *BH Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 11-47.
- OLIVEN, Ruben George. A fabricação do gaúcho. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: Cortez, 1984. p. 57-67.
- RAMOS, Artur. *As culturas negras*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1946.
- REIS, Liana Maria. Minas armadas: escravos, armas e política de desarmamento na capitania mineira setecentista. *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 184-208.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 5. ed. Porto: Afrontamento, 1996.
- STARLING, Heloísa M. M. *Os novos inconfidentes e o golpe de 64*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

